

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**GOVERNO
DE MINAS**
AQUI O TREM PROSPERA.

MINAS AVANÇA NO REFLORESTAMENTO E ULTRAPASSA 70% DA META DE RESTAURAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

São mais de 5 milhões de mudas, consolidando o protagonismo do estado na agenda ambiental nacional

Minas Gerais segue firme no compromisso de restauração do bioma Mata Atlântica e já colhe resultados expressivos. O estado ultrapassou 70% da meta de plantio firmada no Tratado da Mata Atlântica, pactuado em 2023 pelos estados do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud). Com exatas 5.143.647 mudas nativas já apuradas, Minas alcançou 73,5% do total previsto em julho de 2025, a meta estadual é de 7 milhões de mudas até dezembro de 2026.

O número expressivo é resultado de uma gestão ambiental integrada e estratégica, conduzida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

A secretaria é responsável por monitorar e contabilizar os plantios, além de coordenar

ações em parceria com diversos órgãos e entidades. Essa frente de trabalho envolve um conjunto de ações voltados ao reflorestamento, à restauração ecológica e à conservação de áreas prioritárias.

O avanço mineiro é composto diversidade de frentes com projetos executados em Áreas de Preservação Permanente (APPs), compensações ambientais exigidas em licenciamentos, reposição de vegetação suprimida, além de projetos de recuperação de áreas degradadas e de outros programas, como de educação ambiental.

O Tratado da Mata Atlântica também pode auxiliar em identificar diversos projetos e programas ambientais que ocorrem por diferentes atores, como em áreas estratégicas para a criação de corredores ecológicos, bem como de plantios em áreas urbanas, por exemplo. Essas conexões entre programas de vegetação nativa são fundamentais para garantir o fluxo da fauna, a preservação da biodiversidade e o equilíbrio ambiental de longo prazo.

“O acompanhamento da apuração de plantio pelo Tratado da Mata Atlântica é uma importante estratégia para conservar a biodiversidade e fortalecer os serviços ambientais prestados pelas florestas”, destaca Diogo Franco, Subsecretário de Gestão Ambiental da Semad.

TRATADO DA MATA ATLÂNTICA: PACTO REGIONAL PELO VERDE

O Tratado da Mata Atlântica foi firmado em outubro de 2023 por sete estados brasileiros: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A proposta coletiva prevê o plantio de 100 milhões de mudas e a restauração de 90 mil hectares do bioma até o final de 2026.

Por ser o estado com maior área de Mata Atlântica no Brasil, Minas Gerais reforça seu protagonismo nacional na agenda ambiental. “Com mais de 5 milhões de mudas já contidas, o estado demonstra não apenas capacidade técnica, mas também compromisso com o presente e responsabilidade com o futuro das próximas gerações” reforça Marília Melo, Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Mais do que números, os resultados expressam uma atuação estruturada e contínua do poder público em favor da biodiversidade, do combate às mudanças climáticas e da valorização dos

recursos naturais como pilares do desenvolvimento sustentável.



“O acompanhamento da apuração de plantio pelo Tratado da Mata Atlântica é uma importante estratégia para conservar a biodiversidade e fortalecer os serviços ambientais prestados pelas florestas”

Diogo Franco

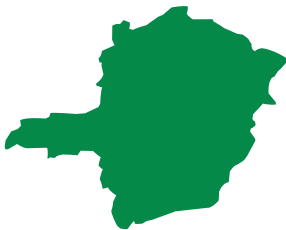
Subsecretário de Gestão Ambiental da Semad



DADOS DE FISCALIZAÇÃO
(JAN-AGO/2025)

84 OPERAÇÕES
SEMAD/PMMG
5.962 NÚMERO DE
FISCALIZAÇÕES

10.542 HECTARES EM ÁREA
FISCALIZADA
3.658 NÚMERO DE
INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2019 A 2025)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	1.354	1.049
CERRADO	23.897	15.348
MATA ATLÂNTICA	31.211	18.02
TOTAL	56.462	34.489

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2025)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	208	167
CERRADO	2.616	1.633
MATA ATLÂNTICA	3.123	1.843
TOTAL	5.947	3.643

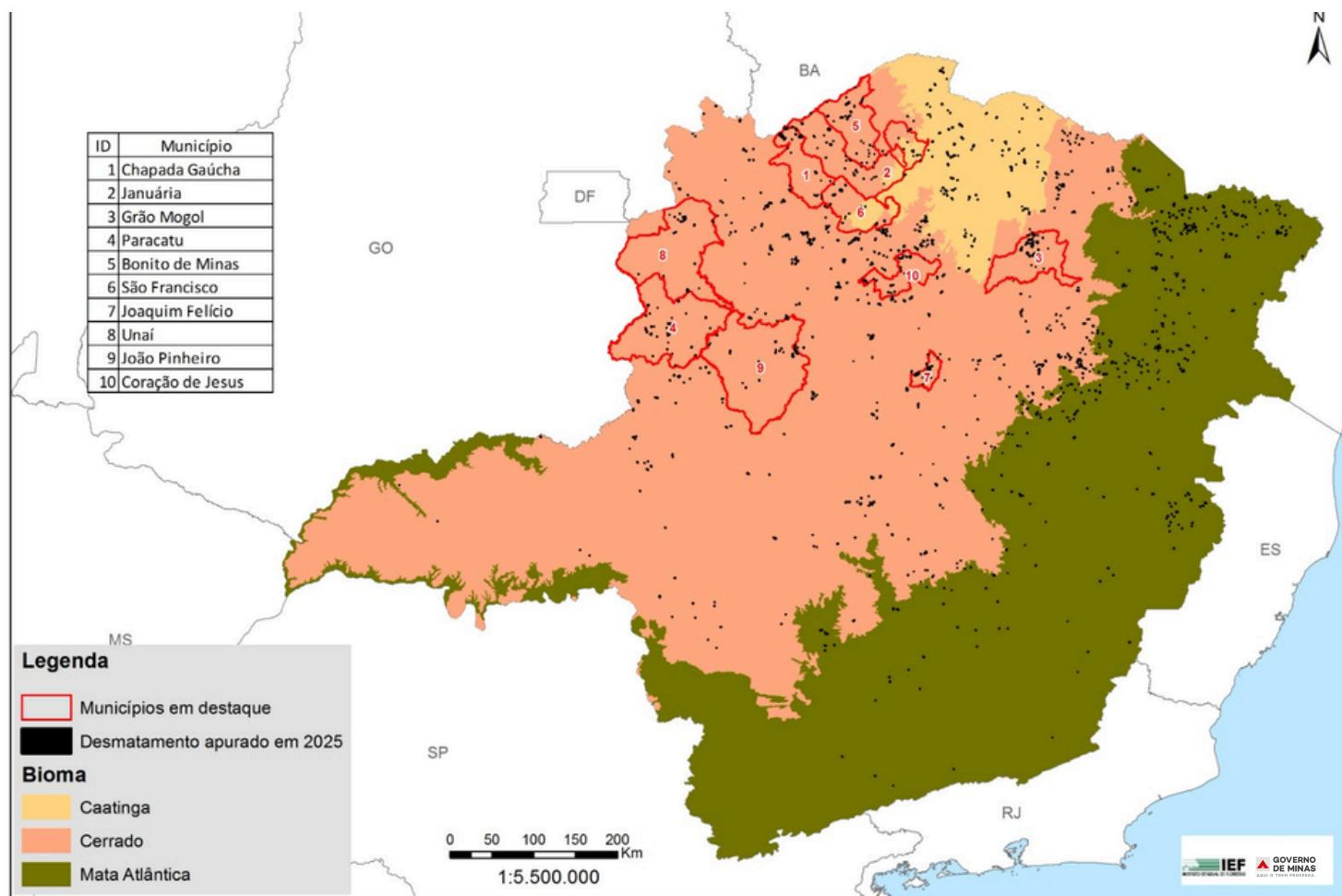
FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
FISCALIZAÇÕES	6.130	6.336	7.387	10.648	11.027	9.276	5.962	56.766
INFRAÇÕES	3.612	3.349	4.305	6.538	7.049	6.204	3.658	34.715



MONITORAMENTO

Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação - IEF 2025



MINAS GERAIS FORTALECE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO COM O PLANO ESTADUAL DA MATA ATLÂNTICA

O Governo de Minas avança na agenda ambiental com a implementação do Plano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, documento que orienta e integra as iniciativas voltadas à proteção, conservação e restauração de ecossistemas no estado. O plano está alinhado a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris (COP21), que tem como eixo central o enfrentamento às mudanças climáticas e a recuperação de áreas degradadas.

No âmbito estadual, as estratégias de conservação e restauração de ecossistemas estão inseridas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), que define diretrizes de longo prazo para o desenvolvimento sustentável. Em Minas, isso inclui desde a preservação da biodiversidade até o incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais.

O documento foi elaborado com contribuições das instituições que integram o Grupo de Trabalho (GT) de Monitoramento do Plano — Semad, IEF, Feam, Igam e Seapa. A primeira reunião do GT em 2025 já está marcada para 10 de setembro, quando serão discutidas prioridades e a execução das ações previstas.

Entre os destaques do plano estão medidas como:



Proteção da fauna e gestão de unidades de conservação;



Prevenção e combate a incêndios florestais;



Fomento florestal e recuperação de ecossistemas;



Fiscalização e regularização ambiental; Implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA);



Produção e distribuição de mudas nativas;



Pagamento por serviços ambientais.



Apoio e elaboração de PMMAs

O plano também inclui ações de gestão territorial, como o mapeamento da cobertura vegetal e uso do solo, a definição de áreas prioritárias para conservação e restauração, a implementação de corredores ecológicos e o apoio aos municípios na elaboração de seus Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMAs). Ferramentas como o Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP), a metodologia ROAM

(Avaliação de Oportunidades de Restauração) e os Bosques Modelo também fazem parte da estratégia.

O monitoramento das metas será realizado de forma trimestral e integrado ao Plano Estadual de Ação Climática (PLAC), reforçando a articulação entre conservação da

biodiversidade e combate às mudanças climáticas.

Com o novo plano, Minas Gerais reafirma seu compromisso com a proteção da Mata Atlântica, bioma que abriga alta diversidade biológica e desempenha papel essencial para a segurança hídrica, climática e o bem-estar das populações.



IMAGEM: PRS-CERRADO

PROGRAMA MINAS CONTRA O DESMATAMENTO REFORÇA AÇÕES EM MUNICÍPIOS COM MAIORES ÍNDICES DE SUPRESSÃO ILEGAL

Entre 2022 e 2024, 15 municípios mineiros se destacaram negativamente pelo volume de áreas desmatadas de forma ilegal. Para enfrentar esse cenário, o Programa Minas Contra o Desmatamento iniciou uma série de visitas técnicas a essas localidades, com o objetivo de fortalecer a gestão ambiental e promover ações de prevenção e recuperação.

As equipes do Instituto Estadual de Florestas (IEF) – sede e regionais – e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) têm se reunido com prefeitos, secretarias de meio ambiente e agropecuária, além de lideranças locais. Nos encontros, são apresentadas as situações específicas de cada território, debatidas as causas e impactos do desmatamento e discutidas medidas conjuntas para combatê-lo.

Um dos principais instrumentos de apoio apresentados é o Plano Municipal do Cerrado,

ferramenta que permite identificar pressões de degradação, mapear áreas prioritárias para conservação e restauração e planejar ações integradas para o uso sustentável dos recursos naturais. O programa também oferece suporte em fiscalização preventiva, regularização ambiental de imóveis rurais, educação ambiental por meio do projeto Jovens Mineiros Sustentáveis e elaboração de Planos Municipais da Mata Seca.

Até o momento, já assinaram o Protocolo de Intenções e o Termo de Cooperação Técnica os municípios de Montes Claros, Juvenília, Bonito de Minas, São Francisco, Várzea da Palma, Santa Fé de Minas e Buritizeiro. Januária avalia a adesão, enquanto Três Marias e Chapada Gaúcha já haviam manifestado interesse. Mais recentemente, Paracatu e João Pinheiro também receberam as visitas das equipes técnicas.



“A expectativa é que, com o apoio do programa, os municípios consigam alinhar a produção rural à conservação ambiental, avançando de forma concreta na promoção do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais”, frisou a diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas do IEF, Marina Dias.



IMAGEM: PRS-CERRADO

PROJETO RURAL SUSTENTÁVEL – CAPACITAÇÃO PARA AGENTES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM MINAS GERAIS

O Projeto Rural Sustentável – Cerrado (PRS Cerrado) iniciou, entre os dias 1º e 3 de julho, uma série de cursos presenciais voltados aos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATECs). A iniciativa é fruto de uma parceria com a EMATER-MG e o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com foco na qualificação de profissionais que atuam junto aos produtores rurais.

O primeiro módulo, realizado em Belo Horizonte, reuniu 20 agentes de organizações como Ekocap, Tipóia, Rede Terra, Coopervap e do próprio PRS. Durante três dias, os participantes foram capacitados em temas estratégicos, como regularização ambiental de imóveis rurais, linhas de crédito rural e tecnologias de baixa emissão de carbono, considerados essenciais para promover a transição a modelos produtivos mais sustentáveis.

A analista do IEF, Janaína Mendonça, conduziu o módulo de regularização ambiental ao lado do analista César Donato. Segundo ela, a integração entre técnicos, extensionistas e produtores é fundamental. “O projeto já trabalha fomentando esses produtores rurais e, através desse contato dos extensionistas com esses produtores, nós do IEF vamos poder viabilizar a regularização ambiental dos imóveis. Com isso, o produtor só ganha – melhorando a qualidade ambiental e a produtividade de suas áreas. Recuperar o Cerrado significa contribuir para a segurança hídrica, segurança alimentar, para a questão climática e também para a qualidade de vida nos territórios”, frisou.

Para os agentes participantes, a capacitação representa um reforço concreto no trabalho junto às comunidades rurais. Welyda Braga, da Rede Terra, destacou que essas ferramentas são muito importantes para serem levadas aos produtores.



“Muitas vezes a falta de informação sobre regularização ou crédito é um gargalo que impede a realização de atividades nas propriedades. Estar capacitado significa levar mais potencial e segurança para o campo”, disse.

Apesar da evolução no número de cadastros, o processo de análise enfrenta desafios. Está temporariamente suspensa a publicação dos Editais de Notificação de Análise do CAR e de convocação para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), conforme informam as Comunicações IEF/GRAPE-CAR nº 1 a 7 e 9, disponíveis no site do Instituto Estadual de Florestas (IEF). A suspensão se deve a instabilidades recorrentes no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), que prejudicaram o cumprimento dos prazos estabelecidos.

De acordo com os organizadores, os próximos módulos seguirão com o objetivo de fortalecer a rede de assistência técnica em Minas Gerais, garantindo suporte técnico qualificado aos produtores rurais e incentivando práticas que conciliem produção agrícola, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.



IMAGEM: PRS-CERRADO



MINAS GERAIS AVANÇA NA ANÁLISE DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL COM USO DE TECNOLOGIA AUTOMATIZADA

Estado já contabiliza mais de 1,1 milhão de cadastros e investe em ferramentas como a Análise Dinamizada para dar agilidade e eficiência ao processo

Minas Gerais ultrapassou a marca de 1,1 milhão de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), consolidando-se como um dos estados com maior adesão ao registro, que é obrigatório em todo o país. Instituído pela Lei Federal nº 12.651/2012, o CAR é um instrumento fundamental para o monitoramento ambiental, planejamento territorial e combate ao desmatamento.

De acordo com os dados mais recentes, o estado contabiliza:



1.125.411 imóveis cadastrados



24.518 cadastros em análise



109.429 análises concluídas



77.984 cadastros notificados

TECNOLOGIA A SERVIÇO DA GESTÃO AMBIENTAL

Para acelerar e qualificar a análise dos cadastros, Minas Gerais tem adotado novas estratégias, com destaque para o uso da Análise Dinamizada do CAR — um sistema de verificação automatizada, que permite analisar grandes volumes de cadastros simultaneamente por meio de um módulo específico do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR).

A ferramenta vem proporcionando ganhos expressivos de escala. Até o momento, 55.418 imóveis foram encaminhados para análise, resultando na validação de 30.282 cadastros. Entre as melhorias implantadas recentemente estão:

Atualização da base cartográfica e temática, que serve de referência para verificar os dados geoespaciais inseridos pelos proprietários;

Ajuste nos limites de tolerância para divergências entre os dados declarados e os registros oficiais, permitindo maior precisão e segurança nas análises.

APOIO AO PRODUTOR RURAL

Além do avanço tecnológico, o Estado também está intensificando ações de atendimento e orientação ao produtor rural, especialmente para aqueles que receberam notificações após a análise do CAR.

Entre as iniciativas previstas estão:



Entre as iniciativas previstas estão:

Reforço no atendimento via e-mail e balcões presenciais do CAR



Distribuição de materiais explicativos, como cartilhas e vídeos tutoriais, com orientações sobre como responder às notificações e regularizar pendências no sistema.



Capacitação de agentes locais de assistência técnica para apoiar os proprietários/possuidores nas respostas às notificações

O CAR é uma ferramenta estratégica para a política ambiental brasileira. Ele reúne informações como delimitação de áreas de vegetação nativa, de preservação permanente, de uso restrito e áreas consolidadas das propriedades rurais. Com base nessas informações, é possível implementar programas de regularização ambiental, garantir o uso sustentável da terra e promover a conservação dos recursos naturais.

DENÚNCIAS



A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento! Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo **LigMinas** (ligue 155 - opção 7) ou por este link:
www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.instagram.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.facebook.com/MEIOAMBIENTEMINASGERAIS)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.